

"staff" derrotado procuram garantir e em nomeações para cargos efetivos. Este e, nada menos, nada mais, o episódio que ocorre na Caixa Econômica Estadual, onde todos aqueles que vinham exercendo cargos de confiança como delegados regionais foram, por ato recente do Conselho, efetivados naqueles cargos de comissão, hoje cargos efetivos.

Temos assistido à publicação de inúmeras nomeações, ameaçando de forma grave e indelével a administração do futuro governo. Ademais de Barros. Tantas são as irregularidades, nesse setor administrativo que bastaria lembrar a guisa de simples advertência mas também como censura, que os conselheiros Miguel Ferreira da Silva Neto e Celso Dias de Moura, tiveram seus mandatos de conselheiros renovados, sem o referendo da augusta Assembleia deste Estado. Com respeito ao conselheiro Celso Dias de Moura, vale sublinhar que o mesmo, ao assumir a presidência de Resseguros do Brasil, no governo relâmpago de Jânio na esfera federal, automaticamente estaria desligado do Conselho da Caixa Econômica Estadual, por indeclinável demissão que, segundo estamos informados, foi conseguida em ato do Conselho daquela entidade. Tanto isso é real que recebeu esse conselheiro uma homenagem no Restaurante Fasano da parte de conselheiros e funcionários daquela autarquia, a título de despedida do cargo de conselheiro. Pois bem, Pasmem a Casa e os homens que confiaram nesse governo. Caído do pedestal da República o malogrado Jânio Quadros, por via de consequência e talvez para maior felicidade deste País, caíram juntos todos os homens que cercavam aquele presidente, empoleirados em diversos cargos federais. Não escapou, ainda desta vez, o ex-conselheiro da Caixa e então Presidente do Instituto de Resseguros o dr. Celso Dias de Moura. Todavia o sr. Celso Dias de Moura, e o que é impressionante, conseguiu aboletar-se nele, sem que esta Assembleia desse o seu referendo, como é exigência legal.

Continua a Caixa Econômica a proceder a empréstimos vultosos a clubes de futebol e clubes recreativos; a aumentos de mútuos, prejudicando de forma sensível as próprias finanças, o que não deixará de produzir danos e de onerar as finanças do futuro governo. Convm lembrar que, durante quatro anos, o governo Carvalho Pinto não se interessou pela situação financeira da Prefeitura da Capital. Ao ser derrotado na urna, súbito amor tomou-o pelas desgastadas e inoperantes finanças do município, a tal ponto que correu pressuroso ao encontro da municipalidade e, num ato de liberalidade, como de Papai Noel que se recuperava pela omissão de natal anteriores, determinou que se entregasse à Prefeitura um bilhão e meio de cruzeiros. Não que a Prefeitura não desse ser socorrida. Não que o futuro governo não viria ajudá-la. O que impressiona neste largo gesto de S. Exa., e vamos convir que não é de fazê-lo a não ser na derrota, está precisamente no ângulo dos comprometimentos financeiros em que se verá a bracos a nova administração que aí vem.

Recentemente e sempre após o resultado eleitoral que lhe foi adverso, S. Exa., o Governador, e o Conselheiro da Caixa Econômica, determinaram a abertura da Carteira da Casa Própria, que permaneceu fechada por longos oito anos, com crédito de uma bilhão de cruzeiros, embora sabendo que no final deste governo não haverá tempo material idôneo para o processamento desses empréstimos, que outra finalidade não têm senão agitar em processo tumultuário uma mole imensa de inscrições que fatalmente não poderá ser numericamente atendida.

Resvala o governo para um plano demagógico que ainda não chegara, porque, nessa curva dos acontecimentos administrativos, S. Exa., o Governador, tido e havido como cioso da finança pública, começa a fazer demagogia com os recursos financeiros que dispõe e que não dispõe.

Não teve S. Exa., o gesto correto que era de se esperar, sobretudo de um governador vencido eleitoralmente. Podia e devia nos conjurar a possibilidade de meios e condições de instalações tranquilas do novo governo.

Assim, advertimos também aos membros do Conselho da Caixa Econômica Estadual, para que, com rigor, procurem defender o patrimônio que lhes está entregue, evitando malbaratá-lo, sobretudo na esfera da criação de cargos para apaniguados, assim como barrando os empréstimos não reprodutivos, tais como os recém concedidos a clubes de futebol e de recreação, para que um dia não venham a ser chamados à responsabilidade pelo novo governo.

Não vi nessa advertência qualquer eira de aneca. Não nos impede o desejo de vingança, nem nos move a perseguição. Somos de partido presidente por homem que não guarda ódios nem rancores. Entretanto, é mister não confundir a benevolência, a compreensão e a boa vontade com o conluio, a omissão ou a cumplicidade, com o malbaratamento pela coisa pública.

Para finalizar, registramos energeticamente nosso protesto contra a orientação seguida pela Caixa Econômica de São Paulo, uma vez que está fundamentalmente comprometida com interesses políticos, elitores do governo vencido e não harmonizada com os superiores interesses da coletividade paulista.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente vamos passar ao Grande Expediente.

Passe-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera, por permissão com o nobre deputado Israel Dias Novais.

O SR. LUCIANO LEPERA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados o nobre deputado Marco Antonio acaba de levantar nesta Casa um problema social dos mais oportunos e também dos mais complexos.

Estou com a tese de S. Exa. Louvo desta tribuna o gesto do Promotor de Justiça, Dr. Carlos Eduardo de Barros Brissola não por concordar plenamente com a tese esposada por S. Exa. mas sim porque como acaba de afirmar o nobre deputado peço-pista S. Exa. agita uma questão social e com esta sua atitude vai obrigar que autoridades outras que os responsáveis pela Nação que os responsáveis pelo rádio jornal televisão venham debater a questão do "pleibismo" em nossa pátria.

Dissimos que não concordamos plenamente com a tese exposta pelo Promotor de Justiça já mencionado porque nem sempre podemos acreditar que um pai seja responsável por certas atitudes de seus filhos quando todos sabemos que vivemos em uma sociedade onde queiramos ou não a educação é dirigida. Aliás em todas as sociedades a educação é dirigida quer no regime capitalista quer no regime socialista. Assim pois dificilmente um pai poderia nas condições em que nos encontramos hoje dirigir de acordo com seu critério a educação de seu filho. O máximo que os pais podem fazer é dirigir a educação de seus filhos até determinada idade. Depois quer queira quer não esse filho entrará em contato com a sociedade esse filho lerá jornais — e jornais dos mais sensacionalistas daqueles que fazem sensacionalismo em torno de crimes suicídios etc. — esse filho assistirá programas de televisão e às vezes programas horrendos como os que temos aí esse filho lerá "Gibi", "Guri" e uma imensa subliteratura das mais nefastas; esse filho entrará em contato com seus vizinhos, meninos outras de colegas, sendo que com isto tudo queremos dizer que nem sempre um pai pode educar seu filho como se ele estivesse dentro de uma redoma de vidro, dando a ele uma educação especial, desligado da vida e da sociedade em que vivemos.

Assim, se há culpa por parte de muitos pais, daqueles que vivem nas mesas de jogo, que vivem em boates e cabarés que não pensam no futuro dos filhos, a realidade é que no cômputo geral não pode recair a culpa exclusivamente nos pais, porque existindo uma educação dirigida, como já me dizendo, através da rádio, televisão, Gibi, Guri, que deturpa a educação que deveria ser dada à infância e à juventude...

Ouç o nobre deputado Germinal Feijó.

O Sr. Germinal Feijó — Ouvi com interesse o discurso do nobre deputado Marco Antonio, como sempre brilhante na defesa de suas teses. Em relação à tese que S. Exa. sustentou, eu precisava esclarecer que não me parece que desta vez o nobre deputado Marco Antonio esteja com a razão. Penso que V. Exa. está colocando o problema em termos mais objetivos e sobretudo de uma forma mais consentânea com a realidade social em que vivemos.

Não há dúvida de que, como V. Exa. afirma, em alguns casos pode ocorrer a responsabilidade dos pais. Mas, como nesse mesmo citado pelo nobre deputado Marco Antonio, não nos é possível deixar de responsabilizar o poder público, o Estado, uma vez que, conforme o brilhante deputado Marco Antonio afirmou, esse jovem "play-boy" esse delinquente precoce havia estado inúmeras vezes em um estabelecimento que o Estado mantém para corrigir os menores transviados. E' preciso afirmar-se que o Estado está falhando também na sua função de orientar a juventude. E, nobre deputado Luciano Lepera, concordo com V. Exa. realmente, dentro desta sociedade em que vivemos — e eu quero declarar que não comungo os ideais filosóficos de V. Exa. — a criança, o adolescente se desenvolve num ambiente absolutamente desfavorável à formação da sua personalidade, pois ele está sempre cercado e influenciado por fatores absolutamente negativos, como V. Exa. acaba de demonstrar. De modo que estou inteiramente de acordo com a sua tese, nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — Muito obrigado pela intervenção que V. Exa. acaba de fazer, nobre deputado Germinal Feijó.

Dizíamos, inicialmente, que elogiávamos, tanto o discurso do nobre deputado Marco Antonio como a tese levantada pelo Promotor de Justiça Carlos

Eduardo de Barros Brissola, pela questão suscitada por aquela ilustre autoridade. E, em seguida, dissimos que não concordávamos, "in totum", com a tese exposta naquela sentença, pelos motivos que enumeraremos e com os quais V. Exa. acaba de concordar. Se fôssemos olhar a questão, que é grave e muito complexa, através de uma atitude, vamos dizer, primária, então seria fácil: bastaria dividir-se os pais em ricos e pobres e, como os "play-boys", em geral, são filhos de ricos, jogar às costas dos pais ricos a culpa do que vem ocorrendo. Entretanto, não acreditamos que nenhuma mãe, seja rica ou pobre, goste de ver o seu filho ladrão; também não acreditamos que nenhum pai, seja rico ou pobre, goste de ver, amanhã, o seu filho envolvido numa questão relativa a roubo, crime suicídio, etc. Por isto frisei muito bem que o valor da atitude daquele digno representante do Ministério da Justiça é, exatamente, o de levantar a questão, de suscitar debates, porque ele obrigará a cada um de nós a fazer o que estamos fazendo. Já três deputados emitiram a sua opinião a respeito — primeiro, o nobre deputado Marco Antonio; depois, este que está na tribuna e, em seguida, o nobre deputado Germinal Feijó. Creio que tes, como esta, a partir de hoje, será largamente debatida em todo o país. E, concordando com o aparte do nobre deputado Germinal Feijó, acho que a questão deve ser vista pela base. A verdade é que nunca poderíamos resolver problema tão complexo se não atentássemos para os problemas fundamentais, inclusive os de ordem econômica e política, que, hoje, asoberbam os pais, quer ricos ou pobres. Acredito que o ensino, no Brasil, precisa ser inteiramente modificado. Quando se fala em reforma de base, no Brasil de hoje, não se exigem apenas reformas agrária, bancária e reformas outras de fundo econômico; mas se exige, também, uma reforma na estrutura do ensino, porque o ensino que aí está, como tudo o mais, caduco, relativo à sociedade que temos, está superado e precisa ser resolvido.

Vimos, segundo ainda o aparte do nobre deputado Germinal Feijó, como as questões são complexas. Disse ele muito bem a respeito dos chamados reformatórios. E não é público e notório, a imprensa toda não vive denunciando o que ocorre dentro dos chamados reformatórios? Não é verdade que aqueles jovens que, infelizmente, caem dentro daquelas quatro paredes, ao invés de serem recuperados, conquistados para a sociedade, são transformados em verdadeiros desajustados, verdadeiras feras? E não é público e notório que o sistema penitenciário precisa ser remodelado? A cadeia faz, geralmente, de um criminoso de primeiro grau, uma verdadeira fera. Não é público e notório que tudo isto ocorre no Brasil de hoje?

Eu também não concordo em que todos esses problemas pudessem ser colocados sobre o ombro de um só homem, no caso o Presidente da República, Sr. João Goulart. São problemas sócio-econômicos, problemas que existem de longa data, que não foram resolvidos pela elite dominante no país, sempre omissa e criminosa, e que agora não poderiam ser resolvidos por este ou por aquele governador de Estado, por este ou aquele Presidente da República. A nossa tese é sempre a mesma; ou nos unimos no Brasil, acima de quaisquer divergências político-partidárias, para uma luta de frente única contra aquelas questões fundamentais, que geram problemas de ordem material e moral, ou então não resolveremos nunca nenhum problema isoladamente, porque não acreditamos que nenhum problema possa ser resolvido separadamente.

O SR. MARCO ANTONIO — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado, se compreendi parte do discurso de V. Exa. tenho a impressão de que o nobre colega alargou o âmbito do assunto que focalizei, procurando desmerecê-lo...

O SR. LUCIANO LEPERA — Não, Excelência.

O Sr. Marco Antonio — ... do ponto de vista em que o coloquei. O que V. Exa. falava é que este problema existe tanto para as classes ricas como para as pobres e que este problema transcende à responsabilidade dos pais. Eu divirjo de V. Exa. V. Exa. está procurando, como político que é, levar a brasa para a sardinha de V. Exa., que é a esquerda. Eu já disse mais de uma vez desta tribuna não sou contra os homens de esquerda, eu sou contra o comunismo porque não resolve. Os homens de esquerda, muitas vezes, como é o caso de V. Exa., agem com a melhor das intenções, certos de que estão colaborando para a melhoria da sociedade. Quero, porém, fazer restrições ao ponto de vista de V. Exa. Eu focalizei o problema do play-boy. O problema do play-boy é um problema à parte, é um problema que mostra que não é a questão financeira, que não é a questão social que importa. Essa mesma lição que temos hoje com os play-boys a Rússia a teve quando um dia entendeu de abolir o lar e fazer com que a mãe se chamasse Estado, que recebia todas as crianças para tratar. A própria Rússia verificou que era impraticável porque a criança precisa, principalmente, de carinho e assistência moral, coisa que o Estado não pode dar. Portanto, focalizei este problema do play-boy porque é um problema à parte. O play-boy é filho de gente rica, muitas vezes de gente formada. Quer dizer então que não é a ignorância, não é a falta de dinheiro, não é a situação subalterna de um lar que vai gerar um play-boy. Não! São os vícios que, infelizmente, se aninham no recesso de muitos lares. Homens há — e quando digo homem refiro-me, evidentemente, ao ser humano, homem ou mulher — que não têm noção de responsabilidade, que se casam, que têm filhos, mas que dos filhos querem apenas os beijos, às vezes, os afagos, de vez em quando, mas não querem os encargos, não querem os trabalhos que os nossos pais tiveram conosco, que os pais antigos sempre tiveram para com os seus filhos, que os pais na Europa têm ainda hoje. Este mal vem da escola americana, principalmente quando se descobriu que o castigo nas crianças poderia criar complexos, quando o Estado americano transformou a criança no deus do lar, do lar bem formado, e acabou tendo o mais grave de todos os problemas, o problema da delinquência juvenil e da delinquência infantil, que estão a desafiar a nação americana. Não é o caso econômico ou social o que importa, no caso do play-boy. É a falta de responsabilidade dos pais. São eles os diretos responsáveis pela situação em que hoje se encontra a grande parte, ou pequena parte (Deus queira que seja assim) de meninos em nosso terra. São meninos que, talvez com outros pais, com outros métodos de educação estejam conformes com os ditames da sociedade e que, no entanto, porque não têm a fiscalização de seus pais, saem para a rua e acabam praticando desmandos que atinjam a eles, pessoalmente, porque são meninos que não se formaram, que não se estudam e que amanhã serão párias sociais.

De forma que, nobre deputado, eu acho este problema que aventei de suma importância, problema perfeitamente visível e que pode ser combatido, não se juntando com aquele outro problema que V. Exa. agora traz, de ordem muito mais geral, muito mais difícil, inclusive quanto ao menor abandonado, ao menor pobre, de origem humilde que, muitas vezes, se desmanda já por outras razões, não mais aquelas do "play-boy". Apenas quis, neste instante, focalizar um problema, porque foi referido pelo ilustre promotor público da 9ª Vara Criminal. Se S. Exa. está certo ou errado, não tem importância. O importante é que o problema foi levantado e está no ar, a desafiar agora os estudiosos. O que não é possível é cruzarmos os braços diante do problema, como estamos fazendo. Há filhos de gente rica que estão se comportando mal, que estão trazendo o desassossego para todos e que, no entanto, até agora por eles nada se pôde fazer porque são menores e, sendo menores, são irresponsáveis. Houve um promotor público que estudou o problema e que, na hipótese, viu a responsabilidade direta dos pais e denunciou o pai de um menino. De qualquer forma, este fato vem obrigar outros pais a enfrentar a situação e, quem sabe, o próprio legislador vai encontrar um meio de pronunciar leis que deem armas à sociedade para coibir este abuso. E' o que queria dizer a V. Exa., nobre deputado.

O SR. LUCIANO LEPERA — Muito obrigado, nobre deputado Marco Antonio. Vejo que, pelas últimas palavras de V. Exa., não há porque estarmos em campos opostos. V. Exa., no final do seu aparte, disse o que eu estava dizendo na tribuna. Elogiei não só a atitude do nobre deputado Marco Antonio, como a atitude do Dr. Buzola, promotor público, exatamente porque essas atitudes farão com que, doravante, mais e mais as autoridades competentes venham o assunto e passem a estudar com maior carinho o problema, seja do menor abandonado, do play-boy, ou qualquer outro, desde que seja dentro do esquema do discurso do nobre deputado Marco Antonio. Não quis, absolutamente, desmerecer o discurso do nobre deputado Marco Antonio. Aliás, comeci elogiando as palavras de S. Exa. e a atitude do Promotor de Justiça. Não há, portanto, nenhum intuito de desmerecer, quer as palavras do deputado Marco Antonio, quer a atitude patriótica e digna do Promotor Brissola.

O Sr. Jethero de Faria Cardoso — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Luciano Lepera, realmente, o nobre deputado Marco Antonio tem razão ao observar um ângulo restrito do problema, mas a solução indicada é também restrita e localizada. Nós, se formos debater esta matéria, cairemos na pesquisa das relações entre o indivíduo e o meio, entre o ambiente e o indivíduo, incluindo no meio a família como célula formadora do conjunto da sociedade onde a criança se forma. E há, então, uma reciprocidade de influência entre o indivíduo e o meio, entre o ambiente e o indivíduo. Não não se pode fugir. A delinquência juvenil nos Estados Unidos, a que se referiu o nobre deputado Marco Antonio, não é problema isolado, não é um caso de repressão aos pais, é o sintoma de uma estrutura social em degenerescência que está na fase de transição. São crises profundas de uma juventude que passou por uma guerra, que sofreu o trauma de um bombardeio.

Que juventude será esta? Serão pais. Como orientar as famílias? Isto evitando casos vamos dizer, fora da normalidade da vida, mas na normalidade.